

Para Além do PRONAF

Propostas de Políticas Estratégicas de Estado para a Agricultura Camponesa

Durante décadas o campesinato brasileiro só chamou a atenção das autoridades do Estado quando foi causa e vítima de grandes conflitos. E foi duramente reprimido, bastando lembrar Canudos, Contestado, Cabanagem, Trombas e Formoso e Ligas Camponesas.

Graças a formas de luta e ações políticas de novo tipo surgidas no período final da ditadura militar, o Estado viu-se tensionado e obrigado a criar políticas públicas voltadas à realidade do campesinato. De modo especial, a ação do MST, combinando a pressão dos conflitos de baixa e média intensidade, e constantes, com a negociação política com setores do Estado. Este tipo de ação acabou movendo outros sujeitos políticos do campo para formas semelhantes de mobilização social, provocando, como resposta do Estado, um conjunto de políticas públicas (insuficientes e incompletas) voltadas à realidade camponesa.

Estas políticas foram ampliadas e intensificadas no período do Governo Lula. Algumas delas são instrumentos importantes para construção de Políticas de Estado realmente estratégicas, como o Seguro Agrícola, a Assistência Técnica, a Garantia de Preços e da Comercialização de Alimentos e as Compras Governamentais, entre outras. Mas todas enfrentam limites provocados pelo aumento das demandas, pela política de prioridades do Estado (onde os camponeses constam subalternamente). E, principalmente, em consequência das políticas macro-econômicas do Estado capturadas pelos interesses do capital financeiro e do seu braço agroindustrial, o agronegócio.

Dentro deste desenho de ação do Estado Brasileiro, o principal e mais massivo instrumento construído pelo Estado neste período foi o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), basicamente operado como linha de crédito, através do sistema bancário oficial. Embora desde seu início tenha apresentado limites, de modo especial para os setores mais empobrecidos, o PRONAF fez bem ao campesinato, pois ajudou na permanência no campo, no desenvolvimento das forças produtivas, no aumento da produção de alimentos e na melhoria da auto-estima dos moradores do campo.

Mas o PRONAF apresenta limites insuperáveis e não é mais um instrumento adequado para conjunto de novos desafios que o campesinato apresenta para a sociedade e que a sociedade apresenta ao campesinato, de modo especial:

- a) estabilidade no fornecimento de alimentos variados, baratos e de qualidade;
- b) preservação ambiental para o equilíbrio dos sistemas vitais, especialmente ar limpo, seqüestro de carbono, clima equilibrado e fornecimento de água de qualidade.

O PRONAF foi e é praticamente a única política pública massiva de apoio ao campesinato, assim mesmo, longe de alcançar a totalidade da população camponesa do país. O Seguro Agrícola (Proagro Mais), outra política importante e massiva, está vinculada ao Pronaf. O Programa de Aquisição de Alimentos, as Compras Governamentais para formação de estoques e o fornecimento da Merenda Escolar são recentes e beneficiam grupos ainda muito pequenos. A Assistência Técnica ainda é para minorias e continua de muito baixa eficácia.

Por isto que o Pronaf foi, durante todos estes anos , uma espécie de “Elixir de Caju”: remédio para todos os tipos de males. Este é um de seus principais problemas atualmente. O crédito bancário foi utilizado para resolver problemas cuja solução não era esta. Mas era a única disponível... Além do mais, o Pronaf ainda carrega e estimula alguns vícios da revolução verde, especialmente da forma como o sistema bancário opera, tais como o estímulo aos monocultivos, a dependência dos insumos externos e a financeirização da atividade agrícola. Isto o coloca em rota de colisão com a lógica da produção camponesa, pelo menos em três aspectos:

a) a agricultura camponesa é uma forma de economia extraordinariamente dinâmica e maleável, com alto uso de insumos próprios, mas de baixa monetização (pouco uso do dinheiro) e o Pronaf está vinculado à lógica bancária, altamente financeirizada e a indução à dependência de insumos externos;

b) uma numerosa massa camponesa inserindo-se na economia e na cidadania e impossibilitada de acessar o Pronaf por causa das restritas normas do sistema financeiro;

c) o endividamento, fruto dos equívocos históricos e da constante diminuição de subsídios (os quais facilitavam o acesso e diminuía a adimplência). Houve um longo período na história do Pronaf em que a cada ano aumentavam as letras (“A”, “B”, “C”, etc) e diminuía os subsídios. O endividamento e o conseqüente bloqueio de acesso a novos créditos, corroborando a inadequação deste modelo de crédito para este tipo de público.

O processo histórico superou o PRONAF como instrumento de universalização das políticas públicas para o campesinato e teimar nele será incorrer num erro grave. Ele pode continuar sendo um instrumento importante e válido para um setor da agricultura de pequeno e médio porte capitalizado e inserido no mercado.

O desafio do próximo período para os Movimentos Sociais Camponeses é colocar a disputa em outro patamar e cobrar Políticas Estratégicas de Estado que visem, antes de mais nada, superar a miséria que ainda desgraça amplos setores camponeses, garantir a preservação dinâmica da forma de vida camponesa com suas comunidades e sua cultura, proporcionar o desenvolvimento do campesinato como o principal sujeito social da produção de alimentos com preservação ambiental.

Para a construção de políticas estratégicas para a Agricultura Camponesa no Brasil, fazem-se necessárias, entre outras, as seguintes linhas estratégicas de planejamento, intervenção e ação do Estado Brasileiro, e por conseqüência, colocados como demanda e exigência dos Movimentos Camponeses:

a) Ação decisiva do Estado.

O principal objetivo da ação do Estado deve ser a preservação dinâmica de uma forma de vida, cultura, produção, convivência, conhecimentos tradicionais, relação com ecossistemas, acervos técnicos, próprios das comunidades e das formas de produção camponesas. São estratégias para toda a sociedade por sua capacidade de produzir alimentos em várias circunstâncias adversas, de forma barata, sustentável, flexível, saudável, diversificada e permanente. É fundamental sempre, mas de modo especial para momentos e situações de crise. O agronegócio é incapaz deste tipo de respostas. Uma nação que pensa em si mesma, em sua soberania alimentar, tem o dever de preservar a base social e cultural capaz de produzir alimentos básicos em qualquer conjuntura. Crise alimentar em escala mundial é um cenário provável.

Os mecanismos de concorrência do mercado capitalista não resolvem e não levam em conta o conjunto das questões envolvidas na agricultura de pequeno porte. Pelo contrário, desmontam e destroem o tecido social camponês, suas comunidades e suas formas de existência, levando-os às periferias urbanas em condições degradantes. A maior parte dos recursos financeiros, tecnológicos, logísticos e a estrutura burocrática do Estado Brasileiro estão a serviço do grande negócio agrícola, hoje consolidado no agronegócio (aliança estratégica, política e econômica, entre o Estado, o capital financeiro e o complexo agroindustrial exportador, tendo os latifundiários brasileiros como sócios secundários).

É preciso inverter esta lógica perversa. Precisa políticas de Estado que regulem estas relações, criem estruturas e fontes de recursos, com acesso fácil e que protejam e estimulem formas de vida e produção que são estratégicas para a estabilidade social, econômica, democrática e ambiental da nação.

b) Alteração profunda do sistema fundiário.

Hoje, na prática, as políticas do estado protegem e subsidiam a manutenção da grande propriedade, que, ironicamente, defende para consumo público, a aplicação pura e simples das leis de mercado. Faz-se necessário mudar esta lógica com a intervenção decidida do estado para redistribuir a população no espaço geográfico do país, redistribuindo a propriedade da terra. Isto é fundamental para o equilíbrio das relações sociais, para o exercício da cidadania, para uma verdadeira democracia e para a soberania alimentar do país. Existem regiões inteiras do país com seu desenvolvimento social e econômico bloqueados pela alta concentração da terra, incapaz de gerar dinamismo econômico regional e pelos vazios populacionais que provocam. E não há desenvolvimento sem gente. Uma agricultura sem gente não gera desenvolvimento local, só concentra, sem distribuir renda e riquezas, não gerando dinamismo econômico regional, nem rural e nem urbano. A maior parte das vezes a riqueza gerada é transferida para grandes centros gestores do capital. Em outras regiões do país, de ocupação camponesa histórica, o bloqueio ao desenvolvimento se dá pelo excessivo parcelamento das terras, gerando minifúndio e pobreza. De um lado estão as terras disponíveis, de outro, os camponeses com pouca terra dispostos a preencher os vazios geográficos gerados pelo latifúndio, sempre, socialmente improdutivo e desenvolver estas regiões, com equilíbrio, conhecimentos técnicos e justiça social. Estes são alguns dos aspectos do novo caráter da reforma agrária no século XXI.

c) Sem Medo de Subsidiar.

Subsidiar a agricultura camponesa é o melhor investimento do estado e da sociedade para o bem comum de todos (disponibilidade de alimentos, segurança, habitação, saneamento, estrutura urbana, saúde, etc.) É muito mais barato garantir condições e meios de manutenção das famílias no campo do que resolver os problemas acumulados pelo êxodo rural nas periferias urbanas. É possível até perguntar: quem subsidia quem? Provavelmente é maior a geração de subsídio do trabalho camponês para o conjunto da sociedade do que o contrário. Pensemos, por exemplo, na farta oferta de alimentos baratos produzidos pelos camponeses e que abastecem o mercado interno (70% da oferta, conforme IBGE 2006) e que alimentam os trabalhadores do comércio, da indústria e serviços. É subsídio direto do campesinato para a sociedade, muitas vezes só servindo à acumulação do capital. Neste sentido é preciso que mudem algumas

concepções econômicas reducionistas ainda incrustadas nas estruturas do Estado e nas escolas de economia.

d) Sistema de Crédito.

O atual sistema de crédito bancário para a agricultura camponesa é excludente. Chega, no máximo, a 25% das famílias camponesas. E ainda induz, equivocadamente, a um crédito por produto, próprio dos monocultivos. A Agricultura Camponesa necessita crédito para a unidade familiar como um todo, para os sistemas camponeses de produção, altamente diversificados. Necessita de formas desbancarizadas de crédito, com normas próprias e específicas, fora dos acordos de Basiléia e das regras dos capitalismo financeirizado. Este novo sistema de crédito deve promover, desenvolver e fortalecer, entre outras: (i) a produção diversificada; (ii) as unidades camponesas de produção; (iii) o cooperativismo de comercialização e industrialização, com estruturas logísticas de armazenagem e transportes; (iv) a produção de base ecológica. Isto promoverá a mobilidade social e o acesso ao mercado de alimentos. A este sistema de crédito, a ampla maioria das famílias camponesas deve ter acesso facilitado. Este sistema de crédito deve ser maleável, respeitando as diversidades regionais e culturais. Deve dinamizar, fortalecer e ampliar as formas de produção existentes nas culturas locais e que não seja um mecanismo de intervenção cultural, desmontando comunidades e sistemas produtivos, como tem acontecido ao longo da história recente da agricultura brasileira.

Talvez seja necessário criar estruturas próprias para este fim. Uma estrutura própria de estado para dar conta desta tarefa histórica, talvez seja um Banco Nacional de Crédito Camponês, uma espécie de BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e “Social”) da agricultura camponesa, e poderia até dar sentido ao “S” (do BNDES), pois até o presente momento da história este “S” só ter servido de enfeite e deboche diante a realidade dura e concreta do campesinato.

Pode-se também redirecionar fundos (federais e estaduais) para uma nova lógica de crédito, voltada para a lógica camponesa e o abastecimento popular e não para o mercado capitalista de commodities, com tem sido até hoje.

e) Alimento – Meio Ambiente – Energia.

Criar mecanismos vigorosos sob controle do estado e da sociedade, que garantam a entrada do país na nova fase energética da humanidade, com a redução das reservas fósseis e a crise do clima, construindo um modelo de produção no campo que equilibre a produção de Alimentos com a Preservação dos Recursos Naturais, com a diversificação dos sistemas de produção agropecuária, combinando com a produção de Energia proveniente da biomassa, do sol, do vento e de pequenos e médios aproveitamentos hidroelétricos, fortalecendo as condições para a soberania energética local e nacional.

f) Mudança drástica no modelo científico e tecnológico utilizado no campo.

É hora de iniciar com decisão e coragem a mudança de paradigma científico e tecnológico para a relação com os meios naturais que servem de base à produção de alimentos, mas também ao equilíbrio ecológico. Para isto é fundamental valorizar o

conhecimento tradicional e o controle social sobre seu uso, bem como a base genética (animal e vegetal) preservada pelo campesinato. Usa-la em favor do povo e proibir e punir a pirataria biológica praticada pelas multinacionais das sementes. Faz-se necessário desenvolver e aplicar tecnologias de base ecológica e sistemas de cultivos e criação de animais integrados aos biomas e aos ecossistemas, protegendo a biodiversidade, a capacidade produtiva do solo e a disponibilidade de água, controle públicos das sementes e do patrimônio genético em geral. Substituir os monocultivos extensivos por policultivos que garantam o abastecimento local e nacional e o equilíbrio ambiental, reduzindo a dependência dos insumos petroquímicos. O Agronegócio, monocultor e “petrodendente” (dependente em larga escala de insumos de fontes petrolíferas em todos os pontos de suas cadeias produtivas – pneus, combustíveis, insumos, venenos, etc.), enfrentará limites e contradições brutais nos próximos anos, desde pressão de custos até limites tecnológicos. A Agricultura Camponesa, por sua história e cultura tem flexibilidade para superar estas contradições e limites para produzir alimentos com quantidade e qualidade suficientes para enfrentar a crise alimentar que se avizinha.

Diante disto fazem-se necessários: investimentos pesados em novos padrões de pesquisa; um novo formato e método de assistência técnica e extensão rural; investimentos em novas rotas de insumos através da rochagem, biomineralização, adubação verde e insumos orgânicos; investimentos em biofábricas com disponibilização massiva de biocontroladores para desintoxicar o campo; investimentos para controle nacional da genética vegetal e animal através da produção e beneficiamento de sementes e melhoramento de raças animais.

g) Plano Nacional de Agroindustrialização Descentralizada.

Apoio à construção de agroindústrias camponesas de pequeno e médio porte, diversificadas e interiorizadas, com recursos públicos subsidiados, constituindo sistemas agroindustriais integrados, permitindo avanços na agregação de valor e na melhoria da renda das famílias camponesas. É fundamental a alteração do sistema legal de concepção e fiscalização da sanidade animal e vegetal, hoje excludente, sequestrado pelos interesses das grandes indústrias de “rações para pessoas”, feito para garantir o monopólio de mercado dos grandes grupos agroindustriais e grandes redes de supermercados. Defendemos redes populares de agroindústrias de alimentos saudáveis e redes populares de distribuição de alimentos limpos. Para isto fazem-se necessário a combinação de um sistema público de empresas estatais com um sistema capilar de cooperativismo e associativismo camponês.

h) Sustentabilidade do Cooperativismo e Associativismo Camponês.

Apoio público todas as forma de cooperação, às cooperativas e associações de base camponesa, com crédito, logística, capacitação, gestão profissional, gestão financeira, contabilidade, legislação, tributação, marketing, acesso a mercado, assistência técnica e outros meios que garantam a construção de vigorosos sistemas cooperativos camponeses que alavanquem o desenvolvimento das regiões rurais do país.

i) Construção, Fortalecimento e Ampliação das políticas de comercialização.

De modo especial, o Estado precisa intervir no sistema de comercialização, armazenagem, formação de estoques, abastecimento popular e exportação. Construir políticas que deem apoio às estratégias de comercialização da produção camponesa e abastecimento popular, com foco nos circuitos locais e regionais. Ampliação do PAA e PNAE. Apoio logístico. Aparelhamento das cooperativas e associações camponesas com a estrutura necessária para processos de comercialização. É preciso construir uma estrutura pública, estatal, parceira do campesinato, para garantir as estruturas de comercialização, armazenagem e estoques reguladores e estratégicos. A base desta estrutura pode ser a CONAB, preservada precariamente como uma conquista do povo brasileiro e que precisa e pode se tornar a “Petrobras dos alimentos”.

j) **Políticas de erradicação da pobreza no Campo.**

Políticas voltadas para o campo, com medidas diferenciadas para os diferentes. Para os camponeses que não tem ou que tem pouca terra, a medida “número 1” é garantir acesso a terra. Para quem tem terra, as medidas podem ser fomento para produção de auto-consumo, acesso a máquinas e ferramentas, sementes e demais condições para produzir, assessoramento técnico, educação, condições de moradia e outras melhorias nas condições de vida e produção.

Nova Geração Camponesa

Antes que seja tarde e antes que o envelhecimento da população rural se torne irreversível, as políticas sociais, agrárias, agrícolas, culturais, ambientais, educacionais, financeiras, industriais, enfim, as Políticas Estratégicas do Estado Brasileiro, precisam se debruçar para manter e atrair uma geração jovem para a produção de alimentos, para a vida no campo e seus encantos e para a gestão do patrimônio natural e cultural herdado das gerações camponesas anteriores. Uma primeira medida pode ser uma **Bolsa Permanência no Campo**, de no mínimo 03 anos, que estimule jovens recém-formados a retornar e/ou permanecer no campo. Outra medida é a inclusão digital, garantindo sinal de internet em todos os cantos do meio rural brasileiro.

Mas é preciso muito mais. Este conjunto de políticas de estado podem reencantar a juventude para a permanência ou retorno à atividade econômica no campo.

Visibilidade e Protagonismo Feminino

Um conjunto de políticas públicas que visem resgatar, fortalecer e recriar o papel estratégico do campesinato na sociedade contemporânea precisa garantir a visibilidade e o reconhecimento do protagonismo feminino na família, na comunidade e na produção camponesa, inclusive, com sua especificidade na preservação da biodiversidade, na educação, na cultura, na culinária, na preservação e recriação dos saberes, na medicina popular, entre tantas outras.

Perspectivas de Futuro

O campesinato tem um rico passado de resistência e recriação, em condições sempre difíceis e adversas. É uma classe sobrevivente da história, mesmo com tantos vaticínios de extinção à direita e à esquerda. O campesinato sempre resistiu como classe por suas próprias forças e por sua própria necessidade.

Os tempos que se avizinham são outros. Estamos no limiar de uma grave e profunda crise alimentar, energética e ambiental. Só o campesinato organizado, com sua megabiblioteca viva de saberes estratégicos, poderá ajudar o conjunto da sociedade a enfrentar e superar o conjunto interligado destas crises, que se constitui numa crise civilizatória. A lógica camponesa de produção detém energias dinamizadoras capazes de dar respostas a este conjunto de crises.

Não estamos falando de profetismos catastrofistas, mas de análise científica de cenários identificados e de altíssima probabilidade, alguns deles, já com processos históricos já em andamento. Vejam-se as calamidades climáticas e seus efeitos na produção de alimentos.

Por isto, fazem-se mais que necessárias políticas estratégicas para a preservação, recriação e desenvolvimento do campesinato, como garantia da soberania alimentar do Brasil, da preservação da diversidade genética e do equilíbrio sócio ambiental da sociedade.

Frei Sérgio Antônio Görden
Agosto de 2012.